RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

RACISMOS: IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES

RACISMS: IMPLICATIONS FOR ADOLESCENTS' MENTAL HEALTH

RACISMOS: IMPLICACIONES EN LA SALUD MENTAL DE LOS ADOLESCENTES

Murilo Leonardo da Cunha
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA), Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.
Discente do curso de Bacharelado em Psicologia.
E-mail: murilo_vitoria@yahoo.com.br

Allyne Evellyn Gomes Freitas
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA), Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.
Mestre em Psicologia Cognitiva UFPE e docente do curso de Bacharelado em Psicologia.
E-mail: allyne.gomes@univisa.edu.br

Resumo

O racismo constitui um fenômeno histórico, estrutural e multidimensional que produz desigualdades sociais, educacionais e sanitárias. Na adolescência, período marcado pela construção da identidade e pertencimento social, as experiências racistas podem desencadear importantes repercussões psicológicas e emocionais. Este estudo objetiva analisar as implicações dos diferentes tipos de racismo na saúde mental de adolescentes, identificando seus impactos sobre autoestima, identidade racial, sofrimento psíquico e desenvolvimento social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em autores contemporâneos dos estudos raciais brasileiros e internacionais, tais como Djamila Ribeiro, Cida Bento, Silvio Almeida, Sueli Carneiro, Jeferson Tenório, Muniz Sodré, Bárbara Carine, Valeska Zanello, Marizete Gouveia, Lucas Veiga, Marcos Vinícius Ignacio, Juliano Moreira e William E. Cross Jr. Os resultados evidenciam que o racismo estrutural, institucional, recreativo e interpessoal atua como determinante social da saúde mental, favorecendo quadros de ansiedade, depressão, isolamento social, baixa autoestima e conflitos identitários entre adolescentes negros. Conclui-se que o enfrentamento do racismo demanda políticas públicas intersetoriais, educação antirracista e práticas de cuidado em saúde mental comprometidas com a equidade racial.

Palavras-chave: Racismo; Adolescência; Saúde Mental; Identidade Racial; Racismo Estrutural.

ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

Abstract
Racism is a historical, structural, and multidimensional phenomenon that produces social, educational, and health inequalities. During adolescence, a period marked by identity formation and social belonging, racist experiences can trigger significant psychological and emotional consequences. This study aims to analyze the implications of different types of racism on adolescents' mental health, identifying their impacts on self-esteem, racial identity, psychological distress, and social development. This is a qualitative bibliographic study grounded in contemporary authors from Brazilian and international racial studies, such as Djamila Ribeiro, Cida Bento, Silvio Almeida, Sueli Carneiro, Jeferson Tenório, Muniz Sodré, Bárbara Carine, Valeska Zanello, Marizete Gouveia, Lucas Veiga, Marcos Vinícius Ignacio, Juliano Moreira, and William E. Cross Jr. The results show that structural, institutional, recreational, and interpersonal racism acts as a social determinant of mental health, contributing to anxiety, depression, social isolation, low self-esteem, and identity conflicts among Black adolescents. It is concluded that addressing racism requires intersectoral public policies, anti-racist education, and mental health care practices committed to racial equity.

Keywords: Racism; Adolescence; Mental Health; Racial Identity; Structural Racism.

Resumen

El racismo es un fenómeno histórico, estructural y multidimensional que produce desigualdades sociales, educativas y sanitarias. En la adolescencia, período marcado por la construcción de la identidad y el sentido de pertenencia social, las experiencias racistas pueden desencadenar importantes repercusiones psicológicas y emocionales. Este estudio tiene como objetivo analizar las implicaciones de los diferentes tipos de racismo en la salud mental de los adolescentes, identificando sus impactos en la autoestima, la identidad racial, el sufrimiento psíquico y el desarrollo social. Se trata de una investigación bibliográfica de carácter cualitativo, fundamentada en autores contemporáneos de los estudios raciales brasileños e internacionales, como Djamila Ribeiro, Cida Bento, Silvio Almeida, Sueli Carneiro, Jeferson Tenório, Muniz Sodré, Bárbara Carine, Valeska Zanello, Marizete Gouveia, Lucas Veiga, Marcos Vinícius Ignacio, Juliano Moreira y William E. Cross Jr. Los resultados evidencian que el racismo estructural, institucional, recreativo e interpersonal actúa como determinante social de la salud mental, favoreciendo cuadros de ansiedad, depresión, aislamiento social, baja autoestima y conflictos identitarios entre adolescentes negros. Se concluye que el enfrentamiento del racismo exige políticas públicas intersectoriales, educación antirracista y prácticas de atención en salud mental comprometidas con la equidad racial.

Palabras clave: Racismo; Adolescencia; Salud Mental; Identidad Racial; Racismo Estructural.

1. Introdução

O racismo permanece como um dos principais mecanismos de produção de desigualdades sociais no Brasil. Embora frequentemente compreendido apenas como atitudes individuais de discriminação, autores como Almeida (2021) defendem que o racismo se organiza estruturalmente, permeando instituições, práticas sociais e relações de poder.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

A adolescência representa uma etapa fundamental para a construção da identidade, da autoestima e do pertencimento social. Nesse período, adolescentes negros passam a perceber mais intensamente as hierarquias raciais presentes na sociedade, tornando-se vulneráveis aos efeitos psicossociais da discriminação racial. Estudos recentes apontam que experiências de racismo estão associadas a sintomas de ansiedade, depressão, ideação suicida, dificuldades escolares e comprometimento das relações sociais.

Segundo Carneiro (2023), o racismo produz um processo sistemático de desumanização da população negra, afetando sua subjetividade e oportunidades sociais. De modo semelhante, Bento (2022) demonstra como os privilégios da branquitude perpetuam exclusões e invisibilizações que impactam diretamente a formação identitária dos jovens negros. Diante do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa:

Quais são as implicações dos diferentes tipos de racismo na saúde mental de adolescentes e de que maneira essas experiências afetam a construção da identidade e do bem-estar psicológico?

Dessa forma temos como objetivo Geral: Analisar as implicações dos racismos na saúde mental de adolescentes, considerando seus efeitos psicológicos, sociais e identitários.

E com objetivos Específicos: Identificar os principais tipos de racismo presentes na sociedade brasileira; Compreender a relação entre racismo e sofrimento psíquico na adolescência; Discutir os impactos do racismo na formação da identidade racial; Refletir sobre estratégias de enfrentamento e promoção da saúde mental antirracista.

Assim, as discussões acerca dos impactos do racismo na saúde mental de adolescentes revela-se cada vez mais necessária no contexto brasileiro contemporâneo, considerando a permanência das desigualdades raciais e seus efeitos sobre as condições de vida da população negra. Embora avanços significativos tenham ocorrido no campo das políticas públicas de promoção da igualdade racial, o racismo continua atuando como um fenômeno estrutural que atravessa as instituições, as relações sociais e os processos de constituição subjetiva, influenciando diretamente o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

A adolescência corresponde a uma etapa fundamental da vida, marcada pela construção da identidade, pelo fortalecimento da autoestima e pela busca por pertencimento social. Nesse período, os sujeitos tornam-se mais sensíveis às avaliações externas e às representações sociais que circulam nos diferentes espaços de convivência, especialmente na família, na escola e nos meios de comunicação. Para adolescentes negros, esse processo ocorre em uma sociedade

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

historicamente estruturada por relações raciais desiguais, nas quais características físicas, culturais e identitárias associadas à negritude frequentemente são alvo de estigmatização, invisibilização e discriminação.

Diversos estudos têm demonstrado que as experiências de racismo estão associadas ao aumento de quadros de ansiedade, depressão, sofrimento emocional, isolamento social, baixa autoestima e dificuldades na construção de uma identidade racial positiva. Além disso, pesquisas recentes evidenciam que o racismo constitui um importante determinante social da saúde, produzindo impactos que extrapolam a dimensão individual e refletem desigualdades históricas de acesso à educação, saúde, cultura e oportunidades sociais.

A relevância deste estudo também se justifica pela necessidade de ampliar a produção acadêmica que articula relações raciais e saúde mental na adolescência. Embora o tema venha ganhando espaço nas últimas décadas, ainda existem lacunas na literatura científica, especialmente em abordagens que compreendam o sofrimento psíquico para além de perspectivas exclusivamente biomédicas ou individualizantes. Nesse sentido, a utilização de referenciais teóricos como Almeida (2021), Carneiro (2023), Ribeiro(2023), Bento (2022), Kimberlé (2022) possibilita uma análise crítica capaz de evidenciar as múltiplas dimensões do racismo e seus efeitos sobre a subjetividade dos adolescentes.

Do ponto de vista social, a pesquisa contribui para a reflexão sobre práticas educacionais, políticas públicas e estratégias de cuidado em saúde mental comprometidas com a equidade racial. Ao reconhecer o racismo como fator gerador de sofrimento psíquico, torna-se possível fortalecer ações de prevenção, acolhimento e promoção da saúde mental voltadas à população adolescente negra.

No âmbito científico, o estudo pretende colaborar para o aprofundamento das discussões sobre racismo, subjetividade e saúde mental, oferecendo subsídios teóricos que possam orientar futuras pesquisas e intervenções profissionais. Já no âmbito social e político, busca contribuir para a construção de práticas antirracistas que promovam o reconhecimento da diversidade, o fortalecimento identitário e a garantia dos direitos humanos.

Dessa forma, a realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender criticamente como os racismos impactam a saúde mental dos adolescentes, evidenciando que o enfrentamento do sofrimento psíquico relacionado à discriminação racial exige não apenas intervenções individuais, mas também transformações estruturais voltadas à promoção da justiça social e da igualdade racial.

2 Revisão de Literatura

2.1 Racismo (os): uma reflexão necessária

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

O racismo, em sua configuração contemporânea, deve ser compreendido não como um conjunto de atitudes individuais isoladas, mas como um sistema de opressão estruturado historicamente, que organiza relações sociais, distribui privilégios e produz desigualdades de forma contínua e naturalizada. Essa compreensão desloca a análise do campo moral para o campo político e institucional, evidenciando que o racismo opera como tecnologia de poder que atravessa o Estado, as instituições e a vida cotidiana.

Segundo Almeida (2021), o racismo é estrutural porque está inscrito na própria organização da sociedade, de modo que não depende exclusivamente da intenção dos indivíduos para se reproduzir. Ele se manifesta nas normas, nas práticas institucionais e nos padrões de funcionamento das organizações sociais, produzindo desigualdades sistemáticas em áreas como educação, saúde, mercado de trabalho e sistema de justiça. Dessa forma, o racismo não é um desvio da ordem social, mas parte constitutiva dela, funcionando como mecanismo de hierarquização racial.

Essa estrutura de opressão é sustentada também pelo que Bento (2022) denomina “pacto narcísico da branquitude”, no qual a população branca tende a preservar seus privilégios materiais e simbólicos por meio da invisibilização das desigualdades raciais. A branquitude, nesse sentido, não é neutra, mas uma posição social de poder que se mantém pela naturalização da ideia de mérito individual e pela negação dos efeitos históricos da escravidão e do colonialismo. Esse processo contribui para a reprodução do racismo ao impedir que seus mecanismos sejam reconhecidos como estruturais.

Além disso, o racismo opera por meio de múltiplas camadas de violência simbólica e material. Carneiro (2023) evidencia que o epistemicídio, a desvalorização e destruição dos saberes produzidos por populações negras, é uma das formas mais sofisticadas de manutenção da hierarquia racial, pois atua no campo do conhecimento e da legitimidade intelectual. Ao mesmo tempo, Ribeiro (2023) demonstra que a exclusão de sujeitos negros dos espaços de produção discursiva reforça desigualdades ao limitar quem pode falar, ser ouvido e produzir narrativas sobre a realidade social.

A dimensão interseccional do racismo, desenvolvida por Kimberlé (2022), amplia essa análise ao demonstrar que a opressão racial não atua isoladamente, mas em articulação com gênero, classe e outras formas de desigualdade. Isso significa que mulheres negras, por exemplo, vivenciam experiências específicas de violência que não podem ser compreendidas apenas pela soma de racismo e sexismo, mas pela interação entre esses sistemas. Assim, o racismo estrutura diferentes níveis de vulnerabilidade social, produzindo impactos diferenciados conforme as posições sociais ocupadas pelos sujeitos.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

Em uma perspectiva mais ampla, Mbembe (2018) contribui ao demonstrar que o racismo também está associado a formas contemporâneas de gestão da vida e da morte, por meio do conceito de necropolítica. Nesse contexto, determinados grupos são expostos de maneira mais intensa à violência, ao abandono institucional e à precarização da vida, revelando que o racismo também opera na definição de quem pode viver e quem pode morrer. No caso da população negra, isso se expressa em altas taxas de letalidade, encarceramento e vulnerabilidade social.

Do ponto de vista psicossocial, Sawaia (2021) argumenta que o racismo também produz sofrimento ético-político, ou seja, um tipo de sofrimento decorrente da exclusão social e da negação da dignidade humana. Esse sofrimento não pode ser reduzido a categorias clínicas individuais, pois está diretamente relacionado às condições estruturais de desigualdade. Assim, o racismo afeta não apenas as condições materiais de vida, mas também a constituição subjetiva dos indivíduos, impactando autoestima, identidade e saúde mental.

Em linhas gerais, o racismo opera como sistema de opressão porque articula dimensões estruturais, institucionais, simbólicas e subjetivas, garantindo a reprodução contínua das desigualdades raciais. Sua eficácia reside justamente em sua naturalização, que o torna frequentemente invisível enquanto estrutura de poder. Compreendê-lo dessa forma é fundamental para a formulação de políticas públicas e práticas sociais comprometidas com a equidade racial e a promoção da justiça social.

Em adição, vale destacar que os racismos se apresentam e operam de deferentes foramas.Ou seja, há diversos tipos, por exemplo, racismo estrutural, institucional, religioso, linguístico, recreativo, estrutural. Este último na concepção de Almeida (2021) constitui um sistema que organiza a distribuição desigual de recursos, oportunidades e direitos, sendo reproduzido pelas instituições sociais.

Soma-se a isso, No que compete ao direito de o conhecimento de nossa história e da nossa cultura numa dimensão decolonial. O decolonialismo tem por base promover hábitos e consciência política que as populações negras, mesmo após o processo de “libertação dos Escravos “, no Brasil em 1888, até os dias atuais há diversos mecanismos de exclusões sociais apontam nas estatísticas que o acesso as populações negras ao mercado de trabalho e escolarização, por exemplo, ainda são obstáculos para a promoção de uma sociedade mais igualitária (CARNEIRO, 2005). Do mesmo modo, o psiquiatra e filósofo Fanón (2008), considera que as estruturas sociais coloniais são introjetadas na subjetividade do colonizado e a mudança dependeria de uma transformação radical das estruturas da sociedade

Além disso, de cumprir a Constituição Federal, que destaca a discriminação

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

e preconceito contra indivíduos ou grupos por causa da sua etnia, raça ou cor. (Lei n° 7.716/1989). A Lei 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo, pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor ou idade

2.2 Antirracismo: o que é e como se faz

O antirracismo segundo Carine (2023) é um conjunto de ideias, práticas e posicionamentos políticos e sociais voltados não apenas à rejeição do racismo, mas à sua superação ativa. Diferentemente de uma postura de "não ser racista", o antirracismo exige ação contínua contra estruturas, discursos e práticas que sustentam desigualdades raciais. Trata-se, portanto, de um compromisso ético e político com a transformação social. conceito de antirracismo parte do reconhecimento de que o racismo não é apenas um conjunto de atitudes individuais, mas um sistema estrutural que organiza oportunidades, privilégios e violências de forma desigual entre grupos raciais. Assim, não basta não reproduzir falas ou comportamentos explicitamente racistas; é necessário compreender e intervir nas estruturas que os sustentam.

Nesse sentido, Ribeiro (2019) acrescenta que o antirracismo envolve educação crítica, revisão de práticas institucionais, valorização de epistemologias marginalizadas e enfrentamento direto das desigualdades raciais em diferentes esferas da vida social, como educação, trabalho, mídia e política. Fazer antirracismo implica transformar consciência em ação. Isso significa, por exemplo:

Questionar normas e práticas que parecem neutras, mas produzem desigualdades raciais; Apoiar políticas públicas de reparação e equidade racial; Promover representatividade em espaços de poder e produção de conhecimento; Reconhecer e valorizar contribuições históricas e culturais de populações negras; Intervir em situações cotidianas de racismo, rompendo com a naturalização dessas violências.

O antirracismo também exige um processo contínuo de formação crítica, no qual o sujeito revisita seus próprios privilégios e compreende como está inserido em estruturas sociais racializadas. Dessa forma, Carine (2023) tem contribuído significativamente para o debate sobre antirracismo no Brasil, especialmente ao articular educação, ciência e relações raciais. Sua atuação enfatiza a necessidade de uma educação antirracista que vá além do conteúdo formal e promova uma transformação epistemológica, questionando quais saberes são legitimados e quais são marginalizados.

Em sua perspectiva, o antirracismo não é apenas um tema a ser abordado em sala de aula, mas uma prática pedagógica permanente, que envolve a construção de novas formas de ver, ensinar e aprender. Isso inclui a valorização de referências negras na produção do conhecimento e a crítica às estruturas

ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

eurocentradas que historicamente dominam o campo educacional. Fazer o antirracismo exige prática contínua e coletiva. Entre os principais caminhos estão: Educação e letramento racial: estudar a história do racismo e das resistências negras; Autocrítica constante: reconhecer privilégios e posições sociais; Ação institucional: participar de mudanças em escolas, empresas e políticas públicas; Escuta ativa: valorizar experiências de pessoas racializadas; Engajamento político: apoiar iniciativas de combate às desigualdades raciais.

É importante compreender que o antirracismo não é um estado final, mas um processo em permanente construção, que demanda compromisso e responsabilidade social. Em suma, o antirracismo, enquanto prática social e política, desafia a neutralidade e exige posicionamento. Ele implica reconhecer que o racismo estrutura relações sociais e que sua superação depende de ação coletiva, educação crítica e transformação institucional. Nesse contexto, autoras e educadoras como Carine (2023) contribuem para ampliar o debate e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a justiça racial.

2.3 Racismo e Saúde Mental na Adolescência

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano marcada por intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Essa faixa etária entre 10 e 19 anos, sendo considerada um período de transição entre a infância e a vida adulta. Durante esse processo, os indivíduos passam por mudanças biológicas relacionadas à puberdade, além de construírem sua identidade pessoal e social.

De acordo com Erik Erikson (1968), a principal tarefa psicossocial da adolescência é a formação da identidade, momento em que o jovem busca compreender quem é e qual seu papel na sociedade. Nessa fase, a influência dos grupos de pares torna-se mais significativa, contribuindo para a construção de valores, crenças e comportamentos

Além disso, o desenvolvimento cognitivo permite que os adolescentes ampliem sua capacidade de pensamento abstrato e crítico. Conforme argumenta Jean Piaget (1972), nessa etapa emerge o estágio das operações formais, caracterizado pela habilidade de formular hipóteses, raciocinar sobre situações complexas e refletir sobre questões morais e sociais. Dessa forma, a adolescência constitui um período fundamental para a formação da personalidade e para o desenvolvimento da autonomia. O apoio familiar, escolar e social é essencial para promover um crescimento saudável e auxiliar os jovens na superação dos desafios característicos dessa fase.

A saúde mental é compreendida contemporaneamente como um fenômeno multifatorial, atravessado por dimensões biológicas, psicológicas, sociais, históricas

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

e culturais. Nessa direção, a perspectiva de Bento (2022) e de Souza (1983) contribui para a compreensão de que a subjetividade é produzida em contextos marcados por hierarquias raciais e de gênero, nas quais o racismo opera como tecnologia de produção de sofrimento psíquico e de desigualdade social. Complementarmente, Silvio Almeida, ao discutir o racismo estrutural, evidencia que tais desigualdades não são eventos isolados, mas se organizam como um sistema que atravessa instituições, afetando diretamente as condições de vida, acesso a direitos e produção de subjetividades.

Conforme a perspectiva de Zanello (2018) o sofrimento psíquico não pode ser reduzido a uma experiência individual, devendo ser analisado a partir das relações de poder, gênero, raça e classe que estruturam a vida social. Nesse sentido, adolescentes negros vivenciam processos contínuos de exclusão, discriminação e deslegitimação simbólica que impactam diretamente a construção da autoestima e da identidade, especialmente em contextos escolares e familiares. Tais experiências são coerentes com os achados de estudos em psicologia social e da saúde que associam o racismo a sintomas de ansiedade, depressão, isolamento social, autodepreciação e ideação suicida.

No campo da psicologia da identidade racial, William E. Cross Jr (1991) propõe que o desenvolvimento da identidade negra ocorre em estágios, nos quais a consciência racial pode atuar como fator de proteção psicológica frente às experiências de discriminação. Essa compreensão dialoga com a proposta de Samuels (2010) e de outros autores da psicologia multicultural, como Sue (2010), que enfatizam a importância de variáveis socioculturais na constituição do self e na saúde mental de populações racializadas.

No contexto brasileiro, autores como Munanga (2004) destacam que a identidade negra é historicamente construída em um cenário de desvalorização simbólica, sendo a afirmação identitária um processo de resistência política e subjetiva. De forma complementar, Kilomba (2019), ao discutir o trauma colonial e o racismo cotidiano, evidencia como experiências repetidas de violência simbólica produzem efeitos psíquicos profundos, incluindo sentimento de não pertencimento, ansiedade crônica e sofrimento emocional persistente.

As contribuições de Veiga (2021) e Ignácio (2023) apontam que o reconhecimento positivo da identidade negra favorece processos de resistência subjetiva, fortalecimento psicológico e construção de estratégias de enfrentamento ao racismo. Esses achados se articulam com a literatura sobre resiliência racial, que indica que a consciência crítica sobre o racismo pode funcionar como fator protetivo em adolescentes negros, especialmente quando mediada por redes de apoio social e familiar.

No campo histórico da psiquiatria brasileira, Moreira (2004) destacou-se por contestar teorias racistas que associavam a população negra à degenerescência e

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

à doença mental, defendendo explicações sociais e ambientais para o adoecimento psíquico. Sua atuação representa um marco na crítica ao determinismo biológico na saúde mental e na abertura para abordagens mais contextualizadas do sofrimento psíquico.

Além disso, pesquisas contemporâneas com adolescentes negros e negras evidenciam que o racismo interfere significativamente nas relações familiares, no desempenho escolar e na saúde mental, produzindo quadros de depressão, ansiedade e sofrimento emocional persistente. Esses efeitos são intensificados quando há ausência de reconhecimento identitário positivo e fragilidade das redes de apoio, o que reforça a importância de políticas públicas intersetoriais em saúde mental, educação e assistência social voltadas à equidade racial.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo (LAKATOS; MARCONI, 2021). Cujo objetivo consiste em analisar produções científicas acerca das implicações do racismo na saúde mental de adolescentes, considerando seus impactos psicológicos, sociais e identitários.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados científicas reconhecidas nacional e internacionalmente, a saber: SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed e Google Scholar, além da consulta a livros, capítulos de livros e obras de referência fundamentais para o campo das relações raciais, da psicologia social e da saúde mental.

A estratégia de busca foi estruturada a partir da utilização de descritores em português, inglês e espanhol, tais como: *racismo estrutural*, *racismo e saúde mental*, *adolescência e identidade racial*, *sofrimento psíquico*, *discriminação racial* e *antirracismo*. Os descritores foram combinados por meio de operadores booleanos (AND, OR), com o objetivo de ampliar a sensibilidade da busca e, simultaneamente, garantir maior precisão na seleção dos estudos pertinentes ao objeto investigado.

Foram definidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção do material analisado. Foram incluídos: Artigos científicos, livros e capítulos de livros publicados entre 2018 e 2025; Produções disponíveis em língua portuguesa, inglesa e espanhola; Estudos teóricos e empíricos que abordassem, de forma direta, a relação entre racismo, saúde mental, adolescência e identidade racial; Obras de autores reconhecidos na área de estudos raciais, psicologia social e saúde coletiva.

Foram excluídos: Duplicatas encontradas entre as bases de dados; Materiais de caráter não científico, tais como blogs, opiniões não revisadas por pares e textos

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

sem fundamentação teórica consistente; Publicações que não apresentassem aderência direta ao objeto de estudo; Estudos fora do recorte temporal estabelecido.

O processo de análise dos dados foi realizado por meio da Análise Temática, conforme proposto por Braun e Clarke (2006), desenvolvida em seis etapas: (1) leitura e familiarização com o material selecionado; (2) geração de códigos iniciais a partir das unidades de significado; (3) agrupamento dos códigos em categorias preliminares; (4) revisão e refinamento das categorias temáticas; (5) definição e nomeação das categorias finais; e (6) interpretação dos resultados à luz do referencial teórico adotado.

A partir desse procedimento analítico, foram estabelecidas categorias centrais que orientaram a discussão dos resultados, a saber: racismo estrutural e suas manifestações institucionais; impactos psicossociais do racismo na adolescência; construção da identidade racial e sofrimento psíquico; e práticas de enfrentamento e promoção da saúde mental antirracista.Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma análise sistemática, crítica e fundamentada da produção científica existente, possibilitando a compreensão ampliada do racismo como determinante social da saúde mental na adolescência

4 Resultados e Discussão

A literatura apresentada permite compreender o racismo como um fenômeno complexo, multidimensional e estrutural, que ultrapassa explicações centradas em atitudes individuais. Conforme aponta Almeida (2021) o racismo deve ser entendido como um sistema que organiza a sociedade, produzindo e legitimando desigualdades de forma contínua. Essa perspectiva desloca a análise do campo moral para o campo estrutural, evidenciando que instituições sociais como escola, sistema de saúde e mercado de trabalho não apenas reproduzem, mas também atualizam as dinâmicas raciais historicamente constituídas (BRAUN; CLARKE, 2006).

Essa compreensão é aprofundada por Bento (2022), ao discutir o “pacto narcísico da branquitude”, que evidencia os mecanismos de manutenção dos privilégios raciais por meio da naturalização da desigualdade e da invisibilização da raça como categoria analítica. Assim, o racismo não se sustenta apenas por práticas explícitas de discriminação, mas também por formas sutis de negação, silenciamento e neutralização discursiva, que operam na base da reprodução social.

No campo epistemológico, Carneiro (2023) contribui ao evidenciar o epistemicídio como estratégia central de manutenção da hierarquia racial. A exclusão dos saberes produzidos por populações negras não se limita à esfera

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

acadêmica, mas atravessa a produção cultural e científica, determinando quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos. Complementarmente, Ribeiro (2023) reforça que a restrição dos espaços de fala e produção de discurso limita a participação política e simbólica da população negra, configurando uma desigualdade de enunciação que sustenta outras formas de exclusão social.

Essa estrutura de dominação é ampliada pela perspectiva interseccional de Kimberlé (2022), que demonstra que o racismo não opera isoladamente, mas em articulação com gênero, classe e outras categorias sociais. Essa abordagem é fundamental para compreender as experiências específicas de mulheres negras, cuja vulnerabilidade não pode ser explicada por uma soma de opressões, mas pela interação dinâmica entre elas. Dessa forma, a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) permite compreender como diferentes marcadores sociais produzem desigualdades diferenciadas e situadas.

No plano político e biopolítico, Mbembe (2018) contribui com o conceito de necropolítica, evidenciando que o racismo também define regimes de exposição à morte e à precarização da vida. No contexto brasileiro, essa análise se reflete em indicadores como violência letal, encarceramento em massa e precariedade das condições de vida da população negra. O racismo, nesse sentido, não apenas organiza desigualdades sociais, mas também regula a distribuição desigual da própria possibilidade de viver.

Do ponto de vista subjetivo, Sawaia (2021) introduz a noção de sofrimento ético-político, fundamental para compreender os impactos psicossociais do racismo. O sofrimento decorrente da exclusão não pode ser reduzido a categorias clínicas individuais, pois está diretamente ligado às condições sociais de opressão. Essa perspectiva se articula com Zanello (2018), ao enfatizar que a subjetividade é produzida em contextos atravessados por relações de poder, gênero e raça, reforçando a necessidade de uma leitura ampliada da saúde mental.

Nesse contexto, a literatura sobre saúde mental na adolescência evidencia que o racismo atua como fator de risco psicossocial significativo. As contribuições de Cross Jr. (1991) e Sue (2010) indicam que a identidade racial pode funcionar tanto como fator de vulnerabilidade quanto de proteção, dependendo do nível de consciência crítica e do suporte social disponível. Já Munanga (2004) e Kilomba (2019) reforçam que a construção da identidade negra ocorre em um cenário histórico de desvalorização simbólica, no qual o racismo cotidiano e o trauma colonial produzem efeitos psíquicos persistentes, como ansiedade, sofrimento emocional e sentimentos de não pertencimento.

No caso brasileiro, a análise de Moreira (2004) é fundamental ao questionar perspectivas biomédicas e racistas historicamente presentes na psiquiatria, deslocando o entendimento do sofrimento psíquico para suas determinações sociais. Esse deslocamento teórico é essencial para compreender que os impactos

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

do racismo na saúde mental não são efeitos individuais isolados, mas expressões de uma estrutura social desigual.

A literatura também aponta para a importância de fatores protetivos, como o fortalecimento da identidade racial positiva e a presença de redes de apoio. Veiga (2021) e Ignácio (2023) destacam que o reconhecimento da identidade negra pode favorecer processos de resistência subjetiva e fortalecimento psicológico, especialmente entre adolescentes. Esses achados indicam que a consciência racial crítica pode atuar como mediadora na redução dos impactos psicológicos do racismo.

Em paralelo, o conceito de antirracismo, conforme Carine (2023), desloca o debate da passividade para a ação política e institucional. O antirracismo não se limita à rejeição do racismo, mas exige intervenção ativa nas estruturas que o sustentam. Ribeiro (2019) reforça essa perspectiva ao enfatizar a necessidade de práticas educativas críticas, revisão institucional e valorização de epistemologias marginalizadas. Nesse sentido, o antirracismo se configura como uma prática pedagógica, política e epistemológica contínua.

A articulação entre racismo estrutural e antirracismo evidencia uma tensão central: enquanto o racismo opera por meio da naturalização das desigualdades, o antirracismo exige desnaturalização, crítica e transformação institucional. Essa dinâmica se torna ainda mais relevante no campo da educação e da saúde mental, especialmente no atendimento a adolescentes negros, cujas experiências são atravessadas por múltiplas formas de exclusão.

Por fim, o arcabouço legal, representado pela Lei nº 7.716/1989, reforça que o racismo é também uma violação de direitos humanos, passível de punição jurídica. No entanto, a literatura evidencia que a criminalização do racismo, embora necessária, não é suficiente para sua superação, uma vez que suas bases são estruturais, simbólicas e institucionais.

Em conjunto, os autores analisados convergem para três eixos centrais:

1. Racismo como estrutura social.
   O racismo é entendido como sistema que organiza instituições, subjetividades e desigualdades (Almeida, Bento, Mbembe).

2. Impactos psicossociais e subjetivos
   O racismo produz sofrimento ético-político e impactos na saúde mental, especialmente na adolescência (Sawaia, Zanello, Kilomba).

3. Antirracismo como prática transformadora
   O enfrentamento do racismo exige ação institucional, educativa e política contínua (Carine, Ribeiro).

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

5. Conclusão

Os achados na presente pesquisa que teve como objetivo geral evidenciam que o racismo, enquanto fenômeno estrutural, não pode ser compreendido a partir de perspectivas reducionistas centradas em atitudes individuais, mas sim como um sistema complexo que atravessa dimensões institucionais, simbólicas, epistemológicas, políticas e subjetivas da vida social. A partir do diálogo entre diferentes autores, observa-se uma convergência teórica significativa na compreensão do racismo como elemento organizador das desigualdades sociais contemporâneas, conforme proposto por Almeida (2021), ao destacar seu caráter estrutural e sua capacidade de reprodução contínua nas instituições sociais.

Nesse sentido, a literatura analisada demonstra que o racismo opera não apenas na distribuição desigual de recursos materiais, mas também na produção de regimes de visibilidade e invisibilidade, especialmente no campo do conhecimento. O epistemicídio, conforme discutido por Carneiro (2023), evidencia a dimensão epistemológica da dominação racial, ao passo que a noção de branquitude, apresentada por Bento (2022), explicita os mecanismos de manutenção de privilégios que se sustentam pela naturalização das desigualdades e pela neutralização discursiva da raça.

No campo das relações sociais e subjetivas, destaca-se que os impactos do racismo extrapolam a dimensão objetiva das desigualdades, alcançando a constituição da subjetividade e da saúde mental dos indivíduos. As contribuições de Sawaia (2021), Zanello (2018) e Kilomba (2019) permitem compreender o sofrimento decorrente do racismo como expressão de um sofrimento ético-político, historicamente produzido e socialmente situado, especialmente entre adolescentes negros, cujas experiências são marcadas por processos de exclusão, desvalorização simbólica e negação identitária.

Adicionalmente, a abordagem interseccional de Kimberlé Crenshaw e os desdobramentos teóricos de Akotirene (2019) reforçam que as experiências de opressão não ocorrem de forma isolada, mas interdependente, articulando raça, gênero e classe na produção de vulnerabilidades específicas. Essa perspectiva amplia a compreensão do fenômeno ao evidenciar que os efeitos do racismo são diferenciados conforme os posicionamentos sociais ocupados pelos sujeitos.

No âmbito político e biopolítico, a noção de necropolítica, desenvolvida por Mbembe (2018), contribui para evidenciar como o racismo estrutura também a distribuição desigualdade, sendo perceptível em contextos marcados por violência, encarceramento e precarização da vida da população negra. Assim, o racismo se apresenta não apenas como sistema de exclusão social, mas também como dispositivo de gestão da vida e da morte.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

Diante desse cenário, destaca-se que o enfrentamento do racismo demanda mais do que sua criminalização jurídica, embora esta seja fundamental, como aponta a Lei nº 7.716/1989. A literatura analisada indica que sua superação exige ações articuladas de caráter institucional, educacional, político e epistemológico, conforme defendem Ribeiro (2019) e Carine (2023), especialmente por meio de práticas antirracistas ativas e contínuas.

Por fim, conclui-se que o conjunto teórico analisado reforça a necessidade de uma abordagem integrada do racismo, que articule suas dimensões estruturais, subjetivas e políticas. Tal perspectiva é fundamental para a construção de intervenções mais efetivas nos campos da educação, saúde mental e políticas públicas, especialmente no que se refere à promoção de equidade racial e ao fortalecimento de identidades negras positivas.

Com base nas discussões apresentadas, sugerem-se os seguintes direcionamentos para pesquisas futuras:

Investigações empíricas sobre saúde mental e racismo na adolescência-Estudos quantitativos e qualitativos que avaliem de forma mais aprofundada os impactos do racismo cotidiano na saúde mental de adolescentes negros, considerando contextos escolares e comunitários; avaliação de intervenções antirracistas em instituições educacionais e de saúde-Pesquisas que analisem a eficácia de programas de formação docente, práticas pedagógicas antirracistas e protocolos de atendimento psicológico sensíveis às questões raciais. Por fim, sugere-se estudos longitudinais sobre identidade racial e desenvolvimento psicológico-Investigações que acompanhem ao longo do tempo o desenvolvimento da identidade racial em adolescentes e seus efeitos na saúde mental, autoestima e trajetórias sociais

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. *Using thematic analysis in psychology*. *Qualitative Research in Psychology*, London, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa.

BARROS, Sônia et al. Atenção à saúde mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 26, 2022.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**.** Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União*, 22 jun. 2004.

BRITO, Heloísa Marcelle da Silva et al**.** *Adolescência negra*: uma etnografia sobre os efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil. *DESidades*, Rio de Janeiro, n. 39, 2024.

BRITO, Heloísa Marcelle da Silva; DETONI, Priscila Pavan. *Os efeitos do racismo para a saúde mental de adolescentes.* Apresentado na *Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS*, 2024.

CARINE, Bárbara**.** *Como ser um educador antirracista.* São Paulo: Planeta, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli**.** *Epistemicídio: o dispositivo de racialidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé**.** *Documentos sobre interseccionalidade.* 1989/2002.

CROSS, William E**.** Nigrescence theory: A review and research agenda. *Journal of Vocational Behavior*, 1991.

CROSS, William E., Jr**.** Shades of Black: Diversity in African-American identity. Philadelphia: Temple University Press, 1991.

ERIKSON, Erik H. Identity: Youth and Crisis. Rev. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Salvador: EDUFBA, 2008.

GUIMARÃES, Ueudison Alves; LINS, Maria Natália da Paz Maciel**.** *Racismo, saúde mental e educação:* impactos na subjetividade e no processo de aprendizagem. *Revista FT*, 2025.

IGNACIO, Marcos Vinícius**.** *Identidade racial negra e saúde mental*: contribuições para uma psicologia antirracista. In: _____. *Relações raciais e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022. p. 89-110.

IGNACIO, Marcos Vinícius. *Processos de fortalecimento identitário em adolescentes negros*. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 23, n. 55, p. 120-138, 2023.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille**.** *Necropolítica.* São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MOREIRA, Juliano**.** *Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas. Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 301–322, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312004000200006. Acesso em: 04 jun. 2026.

MOREIRA, Juliano. *Obras completas*. Salvador: EDUFBA, 2020.

MUNANGA, Kabengele**.** *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

RICARDO, Hemanuelly Teixeira; FIGUEIREDO, Sara Hussein Garcia de**.** *Saúde mental infantojuvenil e racismo*: uma revisão de literatura. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 4, n. 1, 2025.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala.* São Paulo: Jandaíra, 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PIAGET, Jean. *A Psicologia da Criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1972.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão.* Petrópolis: Vozes, 2021.

SAMUELS, Gina Miranda. Building kinship and community: relational processes of bicultural identity among adult multiracial adoptees. *Family Process*, v. 49, n. 1, p. 26–42, 2010. DOI: **https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01306.x.** Acesso em: 04 jun. 2026.

SODRÉ, Muniz**.** *Pensar nagô.* Petrópolis: Vozes, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SUE, Derald Wing. Microaggressions in everyday life: race, gender, and sexual orientation. Hoboken: Wiley, 2010.

TENÓRIO, Jeferson**.** O avesso da pele. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VEIGA, Lucas**.** *Psicologia, relações raciais e subjetividade negra*. São Paulo: Cortez, 2022.

ISSN 2674-8584

Received: 08/04/2026 - **Accepted:** 10/06/2026
Vol: 08.05
DOI: 10.66104/wvjb5m79
Pages: 1-18

VEIGA, Lucas**.** A construção da subjetividade negra e os processos de resistência psíquica. In: _____. *Psicologia e relações raciais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2021. p. 45-67.

VEIGA**.** Estudos sobre identidade negra e subjetividade. 2021.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos. Curitiba: Appris, 2018.